

ESTRUTURA DE CLASSES, ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E RAÇA

A literatura contemporânea aborda a questão da raça e das minorias raciais nas sociedades multirraciais das mais diversas perspectivas teóricas. A dominação e exploração raciais são interpretadas como um aspecto da proletarização do trabalho, sendo o antagonismo racial interpretado como conflito de classes. Em contraste com a redução do antagonismo racial a uma questão de classe, as minorias raciais são também vistas como grupos internamente colonizados. Outrossim, na literatura da antropologia social, as minorias raciais são, com freqüência, tratadas como segmentos culturais de sociedades pluralistas. Na pesquisa de estratificação, a raça é mais uma dimensão do sistema de estratificação social. Para alguns pesquisadores, a raça é uma dimensão muito peculiar por causa da adscrição e da ausência de mobilidade social, ao passo que, para outros, a raça acarreta uma estrutura sociorracial ou um sistema separado de estratificação racial que prevalece sobre a estratificação socioeconômica.

A discussão a seguir não trará ordem a esse caos aparente. Pelo contrário, nela se conceituarão as relações entre raça e dois componentes básicos da estrutura social, a estrutura de classes e o sistema de estratificação social. Uma tal conceituação exige distinções explícitas entre os conceitos de classe social e de estratificação social.

Para adiantar os principais argumentos do presente capítulo, pode-se afirmar, em primeiro lugar, que o estudo da

estratificação social (isto é, das desigualdades distributivas ao longo de várias dimensões) adquire um significado mais sociológico ao ser a estratificação analisada em relação às estruturas e processos sociais condicionantes, do que ao ser conceituada como um sistema autônomo. A teoria e a pesquisa da estrutura de classes e da estratificação social têm se desenvolvido a partir de suposições radicalmente diferentes, embora, de fato, as duas ordens de fenômenos correspondam a aspectos complementares da realidade social. Em segundo lugar, será feita uma tentativa de mostrar como a raça opera como um critério socialmente relevante no preenchimento de posições na estrutura de classes, bem como nas dimensões distributivas da estratificação social.

Duas perspectivas teóricas importantes têm se voltado para os problemas da desigualdade social e da divisão da sociedade em classes. A primeira é a teoria das classes, originária da tradição marxista; a segunda é a teoria da estratificação.

Na tradição marxista, as classes sociais são elementos fundamentais de certos modos de produção em que existe a propriedade privada dos meios de produção e onde as relações sociais se organizam em torno de um mecanismo básico de exploração. Cada modo de produção implica duas classes fundamentais, relacionadas antagonicamente. Assim, as classes sociais são posições estruturais às quais os indivíduos são alocados pelo sistema.

Genericamente definido, o campo da estratificação social refere-se às formas, funções e conseqüências de sistemas de desigualdade social estruturada. Num sentido estático, a estratificação social refere-se à distribuição diferenciada de recompensas e privilégios.¹ No sentido dinâmico, a estratificação social implica o processo individual de obtenção de *status*, bem como a transmissão intergeracional de desigualdade social.

A próxima parte examinará brevemente as principais suposições teóricas da abordagem da estratificação social e da teoria das classes. As maneiras como a esfera da produção condiciona a distribuição do produto social serão então discutidas. Finalmente, a última parte analisa as relações entre raça, estrutura de classes e os processos de estratificação e mobilidade social.

A ABORDAGEM DA ESTRATIFICAÇÃO E A TEORIA DAS CLASSES: SUPOSIÇÕES BÁSICAS

Pelo fato de grande parte dos escritos sobre estratificação social tentar desenvolver novas categorias implícita ou explicitamente elaboradas com o fito de criticar a teoria marxista das classes, avaliar as suposições e procedimentos mais comuns da teoria da estratificação pode esclarecer ambos os paradigmas. Um breve exame do paradigma posto em desafio, bem como daquele implicitamente proposto, fornecerá uma base para discutir as relações entre a estrutura de classes e o sistema de estratificação social.

Ao declarar a morte da classe enquanto conceito sociológico, Robert Nisbet traça a questão teórica, classe social versus *status* social, até o século XIX. Assim, a visão tocquevilliana do regime moderno, com sua ênfase na mobilidade de *status*, baseava-se "na suposição da erosão das classes e sua substituição por grupos de *status* flutuantes, móveis, e por indivíduos à procura de *status*".²

De Tocqueville aos nossos dias, incluindo as distinções de Weber, entre classe, *status* e partido, muita coisa tem sido escrita sobre estratificação social. O vácuo entre a teoria funcionalista da estratificação e os modelos causais de realização de *status*, recentemente desenvolvidos, tem sido preenchido por várias linhas de pesquisa relacionadas à estratificação, em áreas tais como: hierarquias de *status*, poder e "casta e classe" em comunidades locais, elites nacionais, cultura e psicologia das classes sociais, e desigualdades raciais e mobilidade social.

Ao examinar esse vasto trabalho sobre estratificação social desenvolvido nos Estados Unidos, Charles H. Page identifica uma pronunciada coloração de "classe média", consistente com a tradição cultural americana e reflexo dela: "um individualismo que resiste a interpretações estruturais de arranjos e processos sociais, um voluntarismo que rejeita explicações deterministas da ação social, um pragmatismo que suspeita de teorias abstratas".³

A combinação da crença no caráter único da experiência histórica norte-americana com esse esforço culturalmente

condicionado de apreender a realidade social tem, como resultado, enfatizar

hierarquias de *status* e procura de *status* ao invés dos contornos do poder econômico e político; focalizar o sistema de *status* da comunidade local — a tradicional "pequena cidade" americana — ao invés das divisões de classe nacionais; produzir investigações de mobilidade ocupacional e social, cujos resultados indicam a viabilidade contínua — conquanto limitada — do Sonho Americano de sucesso; e, geralmente, uma forte ênfase em estudos empíricos destinados a testar proposições de curto ou médio alcance acerca da estrutura social americana, ao invés da preocupação com teorias amplas de classe e sociedade.⁴

Não que o termo "classe" esteja ausente da abordagem da estratificação social. Tal como utilizada pelos fundadores da sociologia americana, e na literatura mais recente, "classe" tem o significado convencional de grupos delimitados por fatores econômicos, tais como renda ou ocupação.⁵ Contudo, a categoria não decorre de uma análise geral da estrutura do sistema social. Comumente, o "econômico" é interpretado como o comando diferencial sobre recompensas ou facilidades no nível do indivíduo. A recorrência de atributos semelhantes entre certos grupos ou setores da população não leva a uma análise da estrutura que subjaz e explica esses padrões. A persistência de vantagens diferenciais é normalmente considerada como uma questão que afeta o indivíduo, presumindo-se também, às vezes, que está ao alcance do indivíduo torná-la transitória; não é vista como um efeito inerente à estrutura social.

Visto que as relações entre classes econômicas, inerentes a uma estrutura de exploração, são desprezadas desde o início, a desigualdade torna-se um problema de comparação entre unidades discretas ao longo de dimensões diferentes, embora relacionadas — riqueza operacionalizada como renda, ocupações escalonadas de acordo com o prestígio, educação, raça, padrões residenciais e coisas semelhantes. Ao reduzir a classe a um conglomerado de variáveis individuais, a estrutura de classes pode aparecer como separada, até mesmo divorciada, de fenômenos de ideologia e ação coletiva. O que esta abordagem realiza é uma passagem implícita dos problemas de classe para problemas de estratificação.

O tratamento usual da desigualdade na abordagem da estratificação permite descobrir algumas de suas suposições implícitas. Uma preocupação com os valores americanos de igualdade e realização permeia grande parte da literatura da estratificação. O uso da possibilidade da realização como critério relativo do grau de igualdade acentua a eliminação da adscrição e do privilégio herdado, mas permite também termos de realização diferencial. Aqui o princípio de igualdade de oportunidades aponta uma saída para o dilema colocado pela escolha entre igualdade e realização.⁶ Enfatizar a igualdade de oportunidades implica um modelo normativo e uma noção de justiça social particulares:

[A] crítica meritocrática do sistema de classes (...) dá menos atenção às desigualdades de recompensas associadas a posições diferentes que aos processos de recrutamento para essas posições. A objeção inicialmente levantada é contra as restrições à oportunidade das pessoas talentosas, mas nascidas no estrato inferior, melhorar o seu destino pessoal. Vista deste ângulo, a justiça social implica não tanto em igualdade de recompensas quanto em igualdade de oportunidades para competir pelas posições mais privilegiadas.⁷

Isto contrasta agudamente com a tradição igualitária e socialista, que censura a disparidade das recompensas ligadas às diferentes posições sociais. A suposição central da estratificação é o valor da liberdade individual. Outrossim, o valor central da liberdade, vista como atributo *individual*, é afastado de relações concretas de dominação entre homens reais e grupos reais. Num sistema social modelado em última análise sobre o mercado, as escolhas livres das unidades individuais subjazem à distribuição desigual de variáveis contínuas ou atributos descontínuos. Implicitamente, mesmo a desigualdade mensurável remete para o dogma liberal da igualdade entre os homens como atores livres e cidadãos iguais, que fazem suas escolhas numa estrutura aberta de oportunidades.

Ao enfatizar a estrutura de oportunidades e ao escolher o indivíduo como unidade de análise, a estrutura de posições do sistema social torna-se uma questão dada e não-proble-mática. Portanto, os adeptos da abordagem da estratificação

raramente tentam apresentar uma explicação sistemática, ao invés de *ad hoc*, de como a estrutura posicional da sociedade varia.⁸

Se a desigualdade social é um traço inevitável e funcionalmente necessário da sociedade, então o lógico é focalizar as formas de desigualdade e não a explicação dela. Conseqüentemente, a desigualdade social pode ser tratada como uma estrutura autônoma e não-problemática, cuja existência é independente de outras estruturas e processos sociais.⁹ Não apenas a estruturação de posições que comandam recompensas diferenciais é geralmente tida como não-problemática, como a análise da forma, como outras estruturas e processos sociais que condicionam a distribuição de oportunidades sociais, é também amplamente negligenciada. Ao ignorar a questão das origens estruturais da desigualdade social, o sistema de estratificação é interpretado "como o resultado de capacidades diferenciais dos indivíduos de obterem recompensas por quaisquer habilidades e serviços negociáveis no mercado que estejam à sua disposição".¹⁰

Apesar dos estudos empíricos de estratificação e mobilidade social revelarem processos reais em nível do indivíduo, a principal falha da abordagem da estratificação é que as conclusões acerca de grupos reais e do sistema social são deduzidas de dados agregados relativos às características de indivíduos não relacionados e suas mudanças individuais de *status*. A imagem final da estrutura de estratificação emerge de ligações estatísticas de atributos individuais com atitudes ou comportamentos.

Na teoria marxista das classes, as transformações da estrutura de posições no sistema social, a estrutura de classes, são determinadas pela transição entre diferentes modos de produção e pela dinâmica de cada modo de produção. No modo de produção capitalista, a exploração econômica na esfera da produção e as subseqüentes desigualdades distributivas são, dada a teoria da mais-valia, aparentemente compatíveis com a troca de equivalentes entre indivíduos formalmente livres no mercado de trabalho. Implícito nesse processo de competição no mercado, que convencionalmente se presume regular a distribuição de recompensas materiais, encontra-se um mecanismo de exploração básico para a acumulação de capital, a extração de mais-valia.

Visto que a preocupação central consiste nas relações de supra-ordenação e subordinação entre agentes, em diferentes posições dentro do sistema produtivo e nas práticas sociais ou luta de classes emergentes dessas relações, a teoria das classes não parte da análise dos aspectos distributivos do sistema social. Portanto, não pode ser vista como uma tentativa de explicar as desigualdades sociais procedentes de fontes diversas das relações com os meios de produção. É, pois, um erro considerar-se a teoria marxista como mais uma teoria da estratificação social.¹¹

Ao mesmo tempo que a tradição marxista sempre enfatizou que o processo produtivo condiciona o funcionamento do sistema distributivo, freqüentemente negligenciou a análise da esfera da distribuição. Isso ocorre apesar do fato de que alguns dos mecanismos básicos que reproduzem as relações de dominação nas sociedades capitalistas industriais operam dentro do reino da distribuição. Esse reino, por sua vez, tem sido a preocupação central da teoria e pesquisa da estratificação.

Nas considerações precedentes, duas diferenças básicas entre a teoria das classes e a abordagem da estratificação podem ser ressaltadas. A primeira refere-se à maneira como os conceitos de estratos sociais e classes sociais são construídos. Na pesquisa de estratificação social os estratos sociais são definidos por critérios quantitativos e mensurados por uma ou mais escalas que implicam uma ordem hierárquica. Na teoria das classes, a propriedade (ou falta de propriedade) nas relações de produção determina a base para as relações assimétricas de dependência ou exploração entre classes sociais. Assim, os critérios quantitativos que estabelecem ordens na hierarquia da estratificação não implicam interação, mas o elemento de dependência entre classes sociais, sim.¹² A segunda diferença básica já foi discutida: na teoria das classes, a ênfase é dada ao sistema de produção como o ponto de partida da análise; na abordagem da estratificação, o ponto central consiste em medidas da distribuição e consumo do produto social.

Um resultado da confusão entre as duas ordens de problemas é que os analistas da estratificação social, ao enfatizarem a mobilidade social têm, com freqüência, previsto a dissolução das fronteiras de classe e o desaparecimento

da luta de classes nas sociedades industriais adiantadas. Ao mesmo tempo, os autores marxistas têm se recusado a encarar as questões levantadas pela estratificação e mobilidade social. Isso pode acontecer porque a representação do sistema de estratificação na consciência social esvaziaria o conflito de classes; porque a mobilidade social está positivamente relacionada à persistência da estrutura de classes; ou porque a ênfase na mobilidade ascendente dentro da hierarquia da estratificação tende a preservar a estrutura básica de exploração.

AS RELAÇÕES ENTRE A ESTRUTURA DE CLASSES E A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Tem sido sugerido que os processos de estratificação e mobilidade social definem um campo mais relevante de atenção sociológica quando a questão das relações entre o sistema de classes e a estratificação social é colocada. No trabalho preliminar de Harold Wolpe, a explicação do sistema de estratificação social deveria partir da perspectiva segundo a qual a estratificação social só pode ser explicada ao se analisarem suas relações com as "estruturas e processos primários" da sociedade. Visto que essas relações não são nem simples e nem mecânicas, elas só se tornam inteligíveis quando os fatores intermediários são compreendidos. Esses fatores intermediários são os processos que injetam a estrutura primária no sistema de estratificação. A noção de estrutura primária coincide com o que é definido, dentro do paradigma marxista, como relações de classe no processo produtivo.¹³ Os méritos da proposta de Wolpe consistem no fato de ressaltar a inadequação teórica e metodológica de se tratar a estratificação social como um sistema autônomo, determinado por suas próprias variáveis, e a necessidade de se explicar a estratificação social em termos de suas relações com as estruturas sociais condicionantes.

Genericamente falando, o modo de distribuição tem lugar dentro de um arranjo existente de relações de produção. Essas relações, por sua vez, presumem uma dada capacidade produtiva ou desenvolvimento das forças produtivas. O processo de obtenção de *status* individual ou mobilidade social ocorre

dentro dos limites da desigualdade distributiva. As principais linhas de determinação têm sido apontadas de forma recorrente na literatura marxista. O próprio Marx observou, na *Contribuição à crítica da economia política*, que:

A estrutura da distribuição é inteiramente determinada pela estrutura da produção. A própria distribuição é um produto da produção não só no que diz respeito ao objeto, apenas podendo ser distribuído o resultado da produção, mas também no que diz respeito à forma, determinando o modo preciso de participação na produção das formas particulares da distribuição, isto é, determinando de que forma o produtor participa na distribuição.¹⁴

No capitalismo, a repartição do produto social sob as formas de renda, lucro, juros e salários pressupõe um conjunto de relações de produção historicamente desenvolvidas. A produção determina, mas é também determinada. Neste sentido, a determinação não é nem unidirecional nem mecânica. Contudo, é a estrutura da produção que preside a forma de articulação entre os diferentes momentos do processo unitário de produção, distribuição, troca e consumo.

Indo um pouco além, Nicos Poulantzas, em sua interpretação da teoria marxista das classes, distingue dois aspectos (que só existem em sua unidade) da reprodução ampliada das classes sociais. O primeiro e fundamental é a reprodução das posições (lugares) de classe ocupadas pelos agentes sociais, a determinação estrutural de classes na divisão social do trabalho. O segundo aspecto é a reprodução — distribuição dos próprios agentes dentro daquelas posições. Para Poulantzas, esse segundo aspecto da reprodução das relações sociais, que coloca a questão de quem ocupa uma dada posição, como e quando o faz, está subordinado ao primeiro, isto é, à reprodução das posições das classes sociais.¹⁵

Nessa distinção aparentemente simples entre os dois aspectos da reprodução das relações sociais capitalistas, o primeiro envolve questões de estrutura de classes e o segundo questões de estratificação e mobilidade social. Sob a aparente simplicidade escondem-se alguns dos problemas fundamentais e mais controversos da teoria das classes: a determinação estrutural das posições de classe, na sociedade capitalista, e

a transformação da classe de posições objetivas, na estrutura da produção, em classe como ator histórico.

Quanto à determinação estrutural das posições de classe, a pesquisa marxista tem analisado a tendente destruição das posições de classe associadas a formas de produção pré-capitalistas e subordinadas, como no caso da produção simples de mercadorias e da pequena burguesia tradicional, e a criação de novas posições de classe no processo de acumulação e desenvolvimento capitalista.¹⁶

Certos desenvolvimentos recentes da teoria das classes podem ajudar a esclarecer as inter-relações entre a estrutura de classes e o sistema de estratificação social. As questões de interesse são: (a) como a estrutura posicional no nível das relações de produção é traduzida para o sistema distributivo da sociedade, isto é, como são as posições de classe hierarquicamente ordenadas na distribuição do produto social; (b) qual é a relação entre as posições na produção e distribuição do produto social e a distribuição de produtos simbólicos, ou, para colocar a questão em termos weberianos, a distribuição de honra social; (c) que critérios de diferenciação ou estratificação social estão envolvidos no processo de preenchimento da estrutura posicional e como esses critérios interagem com a estrutura de classes.

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em Marx, a determinação da distribuição pela produção significa que o modo de distribuição do produto social — por exemplo, na acumulação de capital e salários, lucro e renda como formas de remuneração — corresponde a formas de produção historicamente determinadas. Assim, os salários pressupõem o trabalho assalariado e o lucro pressupõe o capital. Outrossim, o modo de distribuição é uma tradução de relações de produção historicamente definidas. Assim, cada modo de distribuição particular desaparece com o modo de produção que lhe deu origem.

No capitalismo, o atributo dicotômico, propriedade/não propriedade dos meios de produção, é acompanhado por distribuições contínuas de rendimentos. As relações de

distribuição de renda entre classes diferentes variam dentro dos limites estabelecidos pela reprodução ampliada do capital.

Em princípio, o preço da força de trabalho — incluindo o trabalhador assalariado que produz mais-valia, bem como o trabalhador assalariado que ajuda a realizar a mais-valia e os empregados do aparato de estado — é determinado pelo custo de formação e reprodução da força de trabalho.¹⁷ Não obstante, a diferenciação dos salários em qualquer momento dado corresponde à hierarquia do trabalho. Tal diferenciação ocorre no contexto da reprodução ampliada das relações sociais, isto é, onde se operam as lutas sociais e as relações políticas e ideológicas de dominação.

Como aponta André Gorz, no interior das indústrias de trabalho-intensivo, a função dos trabalhadores técnico-científicos é técnica e ideológica, pois não só eles são encarregados do planejamento e organização do processo de trabalho como também funcionam para perpetuar a estrutura hierárquica da firma e a submissão do trabalho ao capital.¹⁸ O mesmo raciocínio pode ser aplicado a toda a força de trabalho. O processo da divisão social do trabalho, regido pelos requisitos da acumulação, cria as posições que são hierarquicamente ordenadas na distribuição de remunerações, seguindo não apenas critérios estritamente técnicos e econômicos — isto é, as qualificações exigidas para a realização de certas funções produtivas e não produtivas — mas também de acordo com as funções de reproduzir as relações de dominação ideológica e política.

Assim, a distribuição do produto social não é estritamente determinada pelas posições nas relações de produção, mas é também permeada pela lógica da dominação, pelo conjunto de processos essenciais destinados a manter a estrutura interna do processo produtivo. Neste sentido, as redistribuições de rendimentos entre classes e frações de classe podem resultar de lutas e movimentos sociais. Ao menos para o capitalismo, as recompensas materiais correspondentes às diversas posições sociais não são determinadas pela importância funcional destas para a sobrevivência de um sistema social abstratamente concebido, mas por sua importância funcional na preservação das relações de exploração econômica e dominação política.¹⁹

PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E RECOMPENSAS SIMBÓLICAS

Quais são as relações entre a produção e a distribuição do produto social e a distribuição de produtos simbólicos ou de prestígio? Weber introduziu a distinção entre as ordens econômica, social e legal e ressaltou o caráter contingente das relações entre elas. Classes ou situações de mercado comum são fenômenos da ordem econômica; *status* e grupos de *status* são as formas pelas quais a honra social se distribui numa comunidade, e pertencem à ordem social.²⁰ Esses conceitos típico-ideais de Weber destinam-se à configuração significativa de eventos históricos e ao estabelecimento de relações *individuais* de causa e efeito. Por causa do seu caráter poli-histórico, certas dificuldades emergem quando esses conceitos são aplicados a determinadas situações históricas.

Para o conceito de classe, embora Weber às vezes usasse um modelo dicotômico formalmente análogo ao de Marx, a complexa classificação de Weber dos tipos de propriedade e serviços trazidos ao mercado resultou numa concepção pluralista das classes. Como observa Giddens, o conjunto de bens e habilidades que as pessoas podem possuir é altamente variável. O ponto de vista de Weber poderia ser levado à sua *reductio ad absurdum*, através da suposição de que cada indivíduo pode trazer ao mercado uma combinação ligeiramente diferente de habilidades ou posses, tornando possível, assim, tantas classes quantos sejam os indivíduos concretos envolvidos em relações de mercado.²¹

De maneira semelhante, a relação weberiana entre a ordem social e a formação ou existência de grupos de *status* é obscura, pois Weber usa o termo "grupo de *status*" ao se referir tanto às organizações sociais feudais ou patrimoniais quanto aos grupos de *status* no capitalismo moderno. A honra social ou o prestígio, isto é, a representação de hierarquias sociais no nível da consciência social pode ser uma dimensão importante da estrutura social em termos da estruturação do conflito ou consenso social. Não obstante, sob a crescente burocratização e racionalidade de mercado do capitalista moderno, a persistência de grupos de *status* — os Junkers Prussianos, a aristocracia da nova Inglaterra ou, para esta questão, os "pobres sem reputação" — é de muito menor

importância que o sistema de avaliações que resulta na percepção de ínfimos diferenciais de prestígio e distinções de *status*. Assim, a questão não é tanto a de enumeração das situações sob as quais a usurpação de honra social dá lugar (ou não) a monopólios econômicos e vice-versa, mas a do tipo de relação que prevalece entre o sistema de avaliação e ações simbólicas e o sistema de posições na produção e distribuição.

Para que a análise de Weber ganhe seu peso total, como argumenta Pierre Bourdieu em seu bem elaborado tratamento das distinções simbólicas, ela deveria ser reformulada: ao invés de opor classes e grupos de *status* como unidades reais, que podem aparecer mais ou menos freqüentemente, dependendo do tipo de sociedade, elas deveriam ser vistas como unidades nominais (que podem ser encontradas na realidade), que são o resultado de serem acentuados os aspectos econômicos ou simbólicos, que sempre coexistem na realidade social.²² Muitos dos atributos de uma classe social aparecem porque seus membros individuais entram, deliberada ou objetivamente, em relações simbólicas que, ao expressarem as diferenças de situação e posição segundo uma lógica sistemática, tendem a transformar aquelas diferenças em distinções significativas.²³ Portanto, uma classe social nunca se define apenas pela sua situação e posição numa estrutura social, pelas relações objetivas que mantém com outras classes.

Se, como observou Weber, as classes são distinguidas pelas suas relações com a produção e a aquisição de bens, e os grupos de *status* pelos princípios de consumo tal como expressos em estilos de vida específicos, então:

Isso significa que as diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções simbólicas na maneira de usar esses bens, no consumo e ainda mais no consumo simbólico (ou ostentatório) que transmuta os bens em signos, *as diferenças de fato em distinções significativas* ou, para falar como os linguistas, em “valores”, privilegiando a *maneira*, a forma da ação ou do objeto em detrimento de sua função.²⁴

Com base nas conclusões empíricas de A. Davis, Gardner e Warner, Bourdieu observou que a opinião do indivíduo

quanto à sua própria posição na hierarquia social, a hierarquia de posições sociais e, portanto, os critérios de hierarquia, é uma função de sua própria posição na hierarquia social. Segue-se que nem todas as classes sociais em cada sociedade são igualmente disponíveis para o jogo de manifestação simbólica de diferenças de situação e de posição. Essa conclusão, por sua vez, introduz as possibilidades econômicas e sociais para a transformação simbólica de diferenças econômicas e sociais:

O jogo das distinções simbólicas se faz, pois, nos limites estreitos definidos pelas coerções econômicas e permanece, por esse fato, um jogo de privilegiados das sociedades privilegiadas que se podem dar ao luxo de dissimular as oposições de fato, isto é, de força, em oposições de sentido.²⁵

Nesse sentido, apesar das dicotomias clássicas que inspiraram os conceitos de sociedade “tradicional” e “moderna”, o progresso da racionalização e a expansão de subsistemas de “ação racional-proposital”, é legítimo supor não apenas a existência simultânea dos aspectos econômicos ou instrumentais e os aspectos simbólicos das ações, mas também o valor de uso e simbólico dos objetos. Essa distinção implica também que os aspectos simbólicos de ações e objetos deveriam ser conceituados como parte imamente da dinâmica de dominação e reprodução ideológica de hierarquias sociais. Ações e objetos obviamente variarão em diferentes sociedades. Nem a propriedade de terra e escravos, nem a caça à raposa e demonstrações semelhantes de posição aristocrática parecem adequar-se a uma sociedade em que a força de trabalho é comprada como uma mercadoria, nem a obtenção de nível educacional elevado parece adequada a uma sociedade em que a ignorância maciça tende a preservar a representação da hierarquia social como uma ordem determinada natural ou divinamente. Assim, a última questão: como é a estrutura posicional preenchida? Como as pessoas experimentam os critérios de estratificação social? Como esses critérios agem sobre a estrutura de classes?

A ESTRUTURA DE CLASSES, MOBILIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS

Levando-se em conta que a distribuição dos indivíduos em posições é subordinada à reprodução da estrutura posicional, uma forma de abordar o processo de recrutamento é através de uma representação abstrata de como esse processo tem sido estudado. Um modelo simples do processo alocativo permitirá a introdução de complicações teóricas adicionais.

O contexto pressuposto por esse modelo é uma sociedade capitalista adiantada, em que a maioria da população economicamente ativa é de assalariados e em que o número de donos de propriedade produtiva é *estatisticamente* irrelevante. Isto implicaria pequenas adaptações no caso de sociedades "menos desenvolvidas" ou "em desenvolvimento".

A premissa valorativa do modelo não é a igualdade, mas a igualdade de oportunidade. Esta fornece o quadro de referência para mensurar o desvio das observações de uma condição de independência entre *status* paterno e *status* filial. Uma outra premissa é a de que os indivíduos agem racionalmente (a) formalmente, usando meios adequados aos fins, e (b) substancialmente, maximizando recompensas e utilidades. Outrossim, a estratificação social é conceituada como o processo dinâmico de obtenção de *status* individual.

As variáveis, consideradas numa seqüência causal, podem ser: origem social ou *status* dos pais, QI ou habilidade mental, anos de educação, ocupação e renda.

As técnicas de regressão e *path analysis* facilitam uma análise causal do processo de estratificação ou mobilidade. Coeficientes baixos indicariam um alto grau de indeterminação nas relações entre as variáveis e uma proporção alta de variância não explicada nas variáveis dependentes. Inversamente, coeficientes elevados implicariam perfeita desigualdade de oportunidades ou ausência de mobilidade social.²⁶ Os insumos do modelo podem ser dados de um corte representativo da população total, ou dados de diferentes subamostras, tais como a de homens brancos ou de homens não-brancos.

* A lógica (com freqüência) implícita do modelo é: indivíduos orientados por interesses, diferentemente dotados

de recursos ou meios — alguns adscritivos, como origem familiar, sexo, raça ou etnia; alguns adquiridos, como educação — candidatam-se a postos (ocupações) dentro de uma estrutura de oportunidades nem inteiramente fechada nem completamente aberta. As posições são, por sua vez, meios para um fim, seja ele renda ou riqueza ou um nível e estilo de consumo.

A representação abstrata do modelo causal vai até aí. Dentro desse reino de "liberdade, igualdade, propriedade e Bentham", os atores atomizados, considerados em termos de seus atributos individuais, são abstraídos da estrutura já dada de relações sociais que opera num plano alheio à vontade do indivíduo.

As complicações do modelo começam quando se elimina a premissa de maximização de utilidades e a implícita teoria subjetiva do valor para, desta forma, evitar a falácia envolvida na passagem do indivíduo para o sistema social global.²⁷ Conseqüentemente, o indivíduo não é mais considerado sob a ótica de que sua qualificação particular de recursos iniciais proporciona uma plataforma para otimizar as escolhas, visto que "(...) ao escolhermos como essência do homem a luta por posses, tornamos impossível a muitos homens serem plenamente humanos. Ao definirmos o homem como um aprioriador infinito, impossibilitamos que muitos se qualifiquem como homens".²⁸

Voltamos, portanto, à sociedade capitalista adiantada. Como foi argumentado por Macpherson, a sociedade de mercado e o estado democrático liberal são um composto histórico do estado liberal, a serviço de uma sociedade de escolha, mas, de modo algum, democrática, à qual foi acrescentado o sufrágio. Como tal, compõem um duplo sistema de poder: o primeiro implica que o governo "tem o poder de obrigar as pessoas a fazerem coisas que, no todo ou em parte, de outra forma não fariam, e de impedir as pessoas de fazerem coisas que, no todo ou em parte, de outra forma fariam". O segundo sistema de poder advém da transição de uma sociedade de mercado simples para a emergência de relações "graças às quais alguns homens têm a capacidade de tirar de outros mais do que os outros deles, ou de obter uma transferência cabal de alguns dos poderes de outros para si".²⁹ Pois, como aponta Macpherson a este respeito:

Se o poder de um homem deve incluir o acesso aos meios de trabalho, então seus poderes são diminuídos quando ele tem menos do que livre acesso aos meios de trabalho. Se não tem acesso, seus poderes são reduzidos a zero e ele deixa de viver, a menos que seja salvo por alguma dispensa exterior ao mercado competitivo. Se pode obter algum acesso mas não pode obtê-lo em troca de nada, então seus poderes são reduzidos pela quantidade deles de que tem que abrir mão para obter o acesso necessário. Essa é exatamente a situação em que a maioria dos homens estão, e necessariamente desta forma, na sociedade de mercado capitalista. Eles devem, pela natureza do sistema, permitir a transferência cabal de parte de seus poderes àqueles que detêm os meios de trabalho.³⁰

Essas razões não tomam os interesses dos indivíduos privados menos reais, mas seu conteúdo e os meios de atendê-los são moldados por condições sociais independentes do indivíduo. Sob esta ótica, os processos de competição individual e mobilidade social são restabelecidos dentro dos limites impostos pela reprodução das relações de classe; os marcos institucionais da sociedade — a família, o sistema escolar e o mercado de trabalho — são recompostos da sua redução a um conglomerado de variáveis de intervalo.

Um alto grau de desigualdade social absoluta é um traço persistente da sociedade capitalista, assim como a desigualdade de oportunidades. Dentro de cada sociedade o grau de desigualdade de oportunidades pode variar com o tempo. Uma crescente bibliografia assinala a tensão entre o princípio meritocrático implícito na noção de igualdade de oportunidades e os processos sociais orientados para a herança de posições de classe. Se todo mundo estivesse inteiramente socializado nos valores de sucesso e realização, argumenta Parkin, a contrapartida necessária seria a criação de insatisfação e frustração entre os perdedores da corrida. Por esta e outras razões semelhantes, certos mecanismos sociais devem funcionar para reconciliar e regular as expectativas daqueles situados nas posições subordinadas da estrutura de classes. Conseqüentemente, as pessoas nas diferentes posições de classe desenvolvem um *habitus* de classes ou sistema de disposições inconscientes, que tende a ajustar as aspirações subjetivas às oportunidades objetivas.³¹

É aqui que os aparatos ideológicos, tais como a família, a religião e o sistema escolar, interpoem-se entre as diferentes posições na estrutura de classes e as oportunidades padronizadas de mobilidade social ligadas a elas. Além dos efeitos de atributos adscritivos, tais como raça e sexo, tem sido sugerido que as relações complementares entre família e educação ajudam a produzir e distribuir as características — traços de personalidade, expectativas, habilidades técnicas e cognitivas, modos de auto-apresentação e credenciais — que o mercado de trabalho traduz em desigualdades de renda e hierarquias ocupacionais.³² Sob o rótulo legitimador de igualdade de oportunidades, imputada principalmente ao funcionamento do sistema educacional, os processos acima mencionados reproduzem a divisão social do trabalho de uma maneira que disfarça o grau em que as posições de classe são transmitidas de geração em geração.

Se, como Macpherson declara, a sociedade capitalista envolve necessariamente uma transferência nítida de parte dos poderes de alguns homens para outros, como consegue o sistema legitimar ou ocultar essa transferência? Colocando a questão em termos weberianos, que condições explicam o grau de "transparência" das relações entre as causas e conseqüências da situação de classe?

Há mais de um século, Marx observava que, numa sociedade em que os produtos se tornam mercadorias, as relações produtivas entre as pessoas assumem a forma de troca de coisas. Sob o fetichismo das mercadorias, as relações entre capitalistas e trabalhadores aparecem como relações entre dois tipos de mercadorias ou fatores de produção, capital e trabalho. Essas relações de mercadorias mistificam as relações exploradoras como trocas entre equivalentes de trabalho e salários.

Para a classe trabalhadora do capitalismo incipiente, o processo de individualização implicou experimentar a destruição de formas pré-industriais de comunidade e coletivismo, bem como a destruição de antigos direitos civis e sociais. Em seu lugar, o capitalismo impôs o "nexo monetário". As formas emergentes de solidariedade, opostas ao sistema de interesses individuais ao qual a ideologia do capitalismo reduz a racionalidade da ação humana, têm como

componente fundamental a forma de representação consistente das relações sociais. As formas possíveis de representação das relações sociais podem, assim, ser vistas como uma mediação crucial entre posições nas relações de produção e sistemas alternativos de ação coletiva e individual. No nível da estratificação social e relações ideológicas, a ênfase na realização individual ou grupal nas diversas esferas de distribuição corresponde às coações objetivas da produção capitalista. De uma maneira reificada, dinheiro e propriedade tornam-se, assim, os principais critérios de hierarquização.³³

Como observa A. Przeworski, as relações capitalistas de produção produzem simultaneamente uma consciência imediata dessas relações. Pelo fato de, nesse nível, as relações sociais aparecerem de forma invertida como relações entre coisas, segue-se que:

Os critérios de renda juntamente com os de riqueza, realização educacional, prestígio das ocupações, caráter do trabalho, forma de remuneração, local de trabalho, função na divisão social do trabalho, poder, autoridade, estilo de vida, e auto-identificação — todos esses eixos do arsenal burguês constituem diferenças reais; reais precisamente porque compreendem o arsenal ideológico da individualização.³⁴

Na medida em que as relações ideológicas capitalistas forem eficazes na manutenção dessa representação invertida, os atores sociais, quer indivíduos ou grupos, serão orientados no sentido de competir para melhorar sua posição relativa naquelas dimensões de estratificação e diferenciação social. Assim, a classe social como princípio potencial de solidariedade está em conflito permanente com princípios alternativos de solidariedade, que não estão baseados em posições nas relações de produção.

Sob o disfarce de trocas competitivas entre parceiros formalmente livres e iguais, as relações ideológicas capitalistas envolvem, como *tendência dominante*, não a consciência dos atores de sua condição social como função das relações de produção, mas uma consciência imediata baseada em diversas dimensões distributivas e probabilidades de vida na esfera do consumo. Aqui, os sempre disponíveis exemplos dos homens que “se fizeram” partindo do nada mantêm a visão de oportunidades abertas.

No entanto, os efeitos assimétricos das trocas competitivas resultam em sistemas de identificação e solidariedade coletiva — incluindo os da classe trabalhadora — que normalmente implicam a estruturação de clivagens políticas ao longo das linhas de dimensões distributivas de estratificação.³⁵ Assim, a mobilidade social — definida quer como a mudança inter ou intrageneracional de posição de classe, quer como a mudança de posição relativa nas dimensões de estratificação, que podem ou não coincidir — ocorre através da competição individual e grupal pelas vantagens distributivas das diferentes posições na estrutura de classes. De qualquer maneira, o deslocamento individual ao longo de dimensões distributivas não implica necessariamente uma mudança de posição de classe. Inversamente, a passagem de fronteiras de classe pode não necessariamente levar a mudanças substanciais na esfera da distribuição.

As sociedades capitalistas adiantadas absorveram, através de variadas combinações de repressão, cooptação e redistribuição, os conflitos que emergiram das lutas e movimentos sociais dos últimos cento e cinquenta anos. As linhas de clivagem têm oscilado entre o princípio de classe e as variedades de tipos weberianos de solidariedade, tais como o distributivo, religioso, étnico e outros semelhantes. Embora essas lutas não tenham conseguido destruir o modo de produção vigente, seus efeitos reestruturaram a estrutura de classes, a alocação do excedente econômico e a composição da população excedente relativa.

RAÇA, CLASSE E ESTRATIFICAÇÃO

A seguir, a distinção teórica entre estratificação social e estrutura de classes será aplicada à questão da estratificação racial. O capítulo precedente discutiu as deficiências da abordagem sociológica convencional em que a raça, como critério para a alocação de posições sociais e formação de grupos, é vista como incompatível com o industrialismo. A perspectiva que explica a situação social da população negra após a abolição, em termos do legado escravista e sobrevivências do antigo regime, foi também criticada.

A perspectiva marxista ortodoxa, por sua vez, também subestima a questão da raça e racismo. Nessa abordagem, exposta originalmente no trabalho de O. C. Cox, a situação dos negros e outros grupos racialmente subordinados tende a ser explicada quase exclusivamente pela sua posição econômica como classe trabalhadora. Preconceito e discriminação raciais são, nesta perspectiva, mecanismos manipuladores utilizados pelas classes dominantes capitalistas a fim de explorar as minorias raciais e dividir o proletariado. O racismo e o preconceito, como epifenômenos de relações econômicas, são inerentes e necessários à preservação do capitalismo. Há, como resultado, ganhos líquidos para os capitalistas e perdas para todos os trabalhadores. Essa redução do antagonismo racial a relações de classe explica a escassa adequação entre teoria e realidade, em termos de falsa consciência dos trabalhadores. O exemplo mais grotesco, mas não obstante real, do fracasso da solidariedade inter-racial é a improbabilidade de qualquer aliança dos trabalhadores sul-africanos brancos e seus colegas negros contra a burguesia estabelecida de língua inglesa e a mais recente facção capitalista estatal de "Africaners". Deve-se lembrar que o lema unificador do partido comunista sul-africano foi: "Trabalhadores do mundo inteiro, uni-vos para defender uma África do Sul branca."³⁶ Outra fonte de erro no cálculo político dessa abordagem mecanicista é que os negros não são monoliticamente classe trabalhadora. Desde a abolição, a população negra nas antigas sociedades escravistas das Américas tem estado na retaguarda do capitalismo industrial. Durante várias décadas após a abolição, os negros ficaram concentrados nas regiões agrícolas mais atrasadas como parceiros, pequenos arrendatários, camponeses e moradores. Durante esse período, no Brasil e nos Estados Unidos, ondas sucessivas de imigrantes europeus ocuparam as posições abertas pela expansão dos setores e regiões capitalistas. Com o movimento das áreas de plantação para favelas e guetos citadinos, os negros, longe de penetrarem no cerne da classe trabalhadora industrial, aglomeravam-se em torno de suas camadas inferiores em mercados instáveis e irregulares de trabalho não qualificado.³⁷

A teoria colonial, que vê os grupos racialmente subordinados como minorias internamente colonizadas, rompe com os quadros conceituais preexistentes. Essa teoria está enraizada nas relações opressor-oprimido e colonizador-colonizado

geradas pela expansão europeia imperialista, durante o final do século XIX, e na dinâmica da descolonização, após a Segunda Guerra Mundial. O caráter assumido pelas relações raciais nos Estados Unidos, durante as duas últimas décadas, precipitou a penetração da teoria colonial no cenário americano, onde foi uma resposta à falência das teorias convencionais sobre relações raciais. Ataca diretamente a tendenciosidade assimilacionista das teorias acadêmicas e a redução marxista convencional da dinâmica inter-racial a forças de classe e exploração de classe.

Robert Blauner conceitua as pessoas de cor nos Estados Unidos como uma colônia interna, baseado na presença de um conjunto específico de circunstâncias que todas as situações coloniais parecem ter em comum. A primeira circunstância é uma entrada forçada na sociedade mais ampla ou no domínio metropolitano. A segunda é a sujeição às várias formas de trabalho não-livre, restringindo grandemente a mobilidade social e física do grupo e sua participação na arena política. Esta segunda circunstância inclui a experiência da minoria racial de ser controlada, administrada e manipulada por membros ou instituições do grupo dominante. A terceira circunstância é a política do colonizador, que limita, transforma ou destrói valores, orientações e modos de vida originais. O componente final da situação colonial é o racismo, empregado como princípio de dominação social, através do qual o grupo visto como inferior ou diferente em termos de supostas características biológicas é explorado, controlado e oprimido por um grupo suprainferiorizado.³⁸

Num certo sentido, a novidade da teoria colonial consiste em que ela dirige a atenção para os ganhos cumulativos (tanto econômicos quanto não-econômicos) dos brancos, advindos da dominação racial. Outrossim, a preeminência atribuída aos aspectos culturais e políticos do racismo levou a uma redefinição do campo teórico das relações raciais.

No quadro da teoria colonial das relações raciais, o privilégio racial do branco distingue a opressão racial da exploração de classe e cria os nexos racionais para as práticas racistas. "A presença de privilégio indica que através de processos econômicos, culturais, políticos e psicológicos os brancos puderam progredir às custas e por causa da presença de negros."³⁹

Em suma, o conceito de privilégio racial sugere que, além da exploração econômica, o grupo dominante branco extrai uma certa "mais-valia" psicológica, cultural e ideológica do colonizado.

Os limites da perspectiva colonial, como instrumento para entender e transformar o mundo social, são estabelecidos pela situação histórica à qual esta perspectiva é aplicada. Nos casos do colonialismo europeu, o resultado lógico da luta anticolonialista foi a expulsão do colonizador. No caso dos Estados Unidos, considerando o fracasso passado e a inviabilidade futura de uma "volta à África" e de movimentos separatistas, o processo de descolonização, a despeito das formas presentes e futuras, não repetirá os padrões que se seguiram ao colonialismo europeu.

A principal limitação da abordagem colonial das minorias raciais advém, tanto teórica quanto praticamente, da ausência de um modelo explícito da exploração de classe e das relações entre estrutura e dominação de classes e opressão e estratificação raciais.

Visto que a exploração de classe e a opressão racial coexistem nas sociedades capitalistas multirraciais, quando é acentuada quer a exploração de classe quer a opressão racial, o outro aspecto permanece como elemento residual e inexplicado. Os desenvolvimentos teóricos prosseguem sem se aproximarem de uma explicação integrada de *ambos* os processos. Este é o caso da teoria das classes que enfatiza as forças de classe descuidando do antagonismo racial, e também da teoria colonial que enfatiza o racismo enquanto negligencia a dinâmica de classe.

Na discussão a seguir é feita uma tentativa de preencher a lacuna entre as duas teorias. A estrutura do argumento será simplificada, de modo a esclarecer seus componentes básicos. Os exemplos clássicos do colonialismo europeu e da situação em que a exploração de classe e a opressão racial coincidem quase perfeitamente — como nos sistemas escravistas do Novo Mundo — são excluídos do enfoque principal do tratamento a seguir.

A teoria das classes e o modelo colonial são formalmente análogos em alguns aspectos importantes. Ambos implicam um mecanismo de exploração de um grupo subordinado e

uma base ideológica para as relações de dominação vigentes. A justificação da dominação de classe reside na ideologia da troca de equivalentes na sociedade civil, cuja contrapartida encontra-se no conceito liberal do estado como representando o interesse geral da sociedade, como o contrato entre vontades individuais livres e iguais. A legitimação da dominação racial é de uma natureza radicalmente diferente. Apesar das formas e conteúdos mutáveis — da escravidão humana como "o fruto negro do pecado" passando por um sistema de lei em que o escravismo torna-se "um elemento racional e harmonioso", e a teoria racista "científica" do fim do século XIX até a atual parafernalia de testes de QI — a essência da justificação da dominação racial é que ela exclui os não-brancos do universalismo burguês, com base em sua alegada humanidade incompleta.

Historicamente, a interação das duas ordens de justificação ideológica é complexa. Como P. van den Bergh observou:

As idéias igualitárias e libertárias do Iluminismo difundidas pelas revoluções americana e francesa conflitaram, evidentemente, com o racismo, mas paradoxalmente contribuíram também para o seu desenvolvimento. Defrontados com a gritante contradição entre o tratamento dos escravos e povos colonizados e a retórica oficial de liberdade e igualdade, europeus e norte-americanos brancos começaram a dicotomizar a humanidade entre homens e sub-homens (...). O desejo de preservar as formas lucrativas de discriminação e exploração e a ideologia democrática tornou necessário negar a humanidade aos grupos oprimidos.⁴⁰

Assim, o caráter não disfarçado da justificação da dominação racial coloca um problema de legitimação diferente do da dominação de classe. Dado o desenvolvimento histórico particular de cada sociedade multirracial, obter a aquiescência dos grupos racialmente subordinados exigiu combinações variadas de força e persuasão moral, indo de um máximo de dependência da coerção estatal legalizada, como nos sistemas de *apartheid* e "Jim Crow", até o máximo de dependência na ideologia, como no Brasil e outros países latino-americanos.⁴¹

Capitalismo, escravismo e racismo são indubitavelmente relacionados ao processo de expansão internacional europeia

e à ascensão da burguesia ao poder, embora as relações sejam mais complexas que as de causa e efeito. Como argumenta Genovese, se é verdade que o escravismo produziu o racismo, o preconceito racial no Novo Mundo surgiu de várias fontes e influências que tinham já condicionado os europeus a uma visão negativa do negro, muito antes do desenvolvimento do escravismo nas Américas. Outrossim, embora o escravismo tenha dado origem ao racismo, a qualidade e intensidade deste variaram não apenas em termos da experiência histórica e ecológica particular de cada sociedade do Novo Mundo, mas também de acordo com as tradições nacionais, religiosas e étnicas dos escravizadores.⁴²

Com a abolição do escravismo, o racismo, como construção ideológica e conjunto de práticas mais ou menos articuladas, foi preservado e em alguns casos até mesmo reforçado. A preservação do racismo, independentemente do conteúdo irracional do preconceito racial, serviu aos interesses (materiais ou não) daqueles que dele se beneficiaram. A questão é, então: quem se beneficia do racismo e como? Esta questão, por sua vez, leva diretamente às relações de raça e racismo com a estrutura de classes, a estratificação e a mobilidade social.

A proposição mais geral é a de que a raça opera como um critério com uma eficácia própria no preenchimento, por não-brancos, de lugares na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Para esclarecer em que sentido a raça opera como critério independente, a distinção de Poulantzas entre os dois aspectos da reprodução ampliada das classes sociais — isto é, a reprodução das posições (lugares) de classe e a reprodução e distribuição dos agentes entre essas posições — deve ser lembrada. A raça, como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação — qualificação — submissão) e distribuição dos agentes. Portanto, as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes das sociedades multirraciais, em que as relações de produção capitalista — ou quaisquer outras relações de produção no caso — são dominantes. Outrossim, o racismo, como construção ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação racial, é o determinante primário

da posição dos não-brancos nas relações de produção e distribuição.

Como se verá, se o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações políticas e ideológicas capitalistas, então a reprodução de uma divisão racial (e sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para preconceito e elementos subjetivos.⁴³

Em qualquer época e lugar específicos, após a abolição do escravismo, os negros ocuparam um certo conjunto de posições nas relações de produção e distribuição. A evidência disponível sugere também que essas posições foram (e são) diferentes daquelas ocupadas pelos brancos. Uma das causas históricas para essa diferença foi a localização periférica dos negros em relação aos centros mais dinâmicos do desenvolvimento capitalista. Esta desvantagem inicial constituiu um dos legados reais do escravismo. Tendo sido introduzidos em sistemas de produção historicamente desenvolvidos (em diversas localidades geográficas), quase todos os negros na força de trabalho foram explorados como parceiros ou arrendatários, ou como assalariados industriais ou de serviços. Assim, o único fator excepcional é a possibilidade de uma taxa de extração de mais-valia ou trabalho excedente, acima da média regional ou nacional.

Da mesma maneira, o modo de produção capitalista em desenvolvimento relaciona-se a sistemas de produção baseados em relações pré-capitalistas de produção. Embora a tendência a longo prazo seja no sentido da dissolução destas últimas, esses sistemas de produção atrasados podem ser preservados durante um longo tempo. Esses sistemas atrasados funcionam geralmente, mas nem sempre, como reservatórios e produtores de força de trabalho para o setor capitalista. Embora se trate de um caso de outra parte do mundo, H. Wolpe mostra como as reservas sul-africanas possibilitam à economia capitalista evitar o pagamento de salários indiretos — previdência social, salário-desemprego, serviços de saúde e educacionais etc. — assim “permitindo ao capitalismo pagar a força de trabalho abaixo do seu custo de reprodução, (tornando possível) uma oferta de força de trabalho que é produzida e reproduzida fora do modo de produção capitalista”.⁴⁴

Seja como for, a população negra tem sido explorada economicamente: os exploradores foram principalmente classes ou

frações de classe economicamente dominantes brancas, indo de rentistas da terra até o capital monopolista. Os beneficiários da exploração econômica foram identificados. Estes resultados podem ser facilmente incorporados às mais simples versões do modelo dicotômico da teoria das classes. Contudo, a teoria colonial afirma que a opressão racial beneficia não apenas os capitalistas, mas também a maioria da população branca — isto é, aqueles brancos sem propriedade dos meios de produção.

A saída deste impasse teórico é que, efetivamente, a opressão racial beneficia capitalistas brancos e brancos não-capitalistas, mas por razões diferentes. Em termos simples, os capitalistas brancos beneficiam-se diretamente da (super) exploração dos negros, ao passo que os outros brancos obtêm benefícios mais indiretos. A maioria dos brancos aproveita-se do racismo e da opressão racial, porque lhe dá uma vantagem competitiva, vis-à-vis a população negra, no preenchimento das posições da estrutura de classes que comportam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. Formulado mais amplamente, os brancos aproveitaram-se e continuam a se aproveitar de melhores possibilidades de mobilidade social e de acesso diferencial a posições mais elevadas nas várias dimensões da estratificação social. Essas dimensões podem ser consideradas como incluindo elementos simbólicos, mas não menos concretos, tais como honra social, tratamento decente e equitativo, dignidade e o direito de autodeterminação.

É precisamente essa situação que Blauner chama privilégio racial ou desvantagem desleal, situação preferencial ou um sistemático "sair à frente" na corrida pelos valores sociais. A noção de privilégio racial pode ser relacionada ao conceito de posse (*tenure*), de Stinchcombe, definido como um direito socialmente defensável a um fluxo de recompensas que não depende do desempenho competitivo. Nascer branco numa sociedade multiracial constitui uma espécie de posse. Evidentemente, até que ponto uma pele clara pode ser uma posse, varia com a percentagem de não-brancos na população total, a intensidade do racismo e a existência de leis raciais impostas pelo estado. Mais uma vez, o caso típico é a África do Sul, pois nascer branco sob o *apartheid* constitui indubitavelmente uma posse, típica das democracias *Herrenvolk*, ao passo que nascer negro tem representado, até agora, um ônus duradouro.

Em termos dos processos de estratificação e mobilidade social, se as pessoas entram na arena competitiva com os mesmos recursos, exceto no que se refere à filiação racial, o resultado (posição de classe, ocupação, renda e prestígio) dar-se-á em detrimento dos não-brancos.⁴⁵

No caso dos negros das Américas, a desvantagem inicial condicionada pelo escravismo, acrescida da contínua operação do processo de competição desvantajosa são os elementos centrais para explicar o seu auto-recrutamento nos setores subordinados da estrutura de classes e a reprodução de desigualdades raciais. Quanto às dinâmicas de mobilidade social inter e intra-generacional — deixando de lado os casos sempre presentes de cooptação e movimentos ascendentes controlados — os efetivos, conquanto temporal e espacialmente variáveis, tetos para a mobilidade dos não-brancos, ajudam a definir o nível abaixo do qual os brancos não podem cair, ao mesmo tempo que uma proporção substancial de pessoas é desqualificada da contenda por posições no topo da hierarquia social.

Se se aceitar, seguindo Althusser, que as ideologias têm uma existência material, visto que são efetivadas nas instituições e nas suas práticas e rituais, então a discriminação racial, como fonte imediata de benefícios para a maioria de brancos nas sociedades multiraciais, torna-se a efetivação da ideologia racista que permeia a maioria das instituições da sociedade. R. S. Franklin e S. Resnik enumeram quatro fontes ou mecanismos de discriminação racial:

1. Convenções, estatutos e práticas, impostas pelo aparato do estado.
2. Preferências sociais da comunidade, que vão de encontro à liberdade dos indivíduos no grupo dominante, que se recusam ou não desejam discriminar os negros.
3. Estereótipos derivados da cultura e outras fontes, que operam para produzir generalizações acerca do caráter, hábitos de trabalho e capacidades dos negros. Isso leva a práticas de exclusão por certas indústrias e de certos empregos.
4. Circunstâncias do mercado que tornam a discriminação economicamente lucrativa para grupos específicos, cujo preconceito pessoal com relação aos negros pode ser, de fato, apenas nominal.⁴⁶

Como observam esses autores, apenas o primeiro tipo de discriminação remove o peso da escolha do indivíduo. Em contraste, apenas o terceiro tipo (os estereótipos) ativa o preconceito racial. Os tipos 2 e 4 mostram que, uma vez que se torna um *datum* objetivo da sociedade, o racismo pode forçar os indivíduos a discriminar com base em simples cálculos racionais — i.e., evitar afrontar outros brancos ou “pertubar a operação eficiente” — sem estarem motivados pelo preconceito.

Estes processos, por outro lado, vão de encontro ao indivíduo de tal maneira que o forçam a discriminar. Às vezes a força das circunstâncias relaciona-se diretamente a sentimentos racistas e às vezes combina-se com outros fenômenos (...) que formam o domínio de interesse particular ou mais amplo do indivíduo. Em outras palavras, o indivíduo vê-se com frequência na necessidade de discriminar, mesmo quando isto não envolve uma expressão de seus “gostos” pessoais.⁷

Em suma, a raça, como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Apesar de suas diferentes formas (através do tempo e espaço), o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas multirraciais contemporâneas. Como ideologia e como conjunto de práticas cuja eficácia estrutural manifesta-se numa divisão racial do trabalho, o racismo é mais do que um reflexo epifenomenico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores. Sua persistência histórica não deveria ser explicada como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente supraordenado no presente.

NOTAS

- 1 Ver STOLZMAN; GAMBERG. Marxist class analysis versus stratification analysis as general approaches to social inequality, p. 106. O termo “privilegios”, nem sempre visto em definições de estratificação social, é usado aqui para manter a distinção feita por A. Stinchcombe, entre competências e posses culturalmente valoradas. De acordo com esse autor, o conceito de posse refere-se a um direito defensável, a um fluir de recompensas que não depende do desempenho das pessoas. Ver STINCHCOMBE. The structure of stratification systems, v. 15, p. 327.
- 2 NISBET. *The sociological tradition*, ch. 5, p. 180.
- 3 PAGE. *Class and American sociology*: from ward to ross, p. XVIII.
- 4 *Idem*.
- 5 A discussão que se segue incorpora algumas das idéias desenvolvidas por Magali S. Larson e Carlos A. Hasenbalg em “A critical alternative to the treatment of class in American sociology”, Berkeley, 1971 (inédito).
- 6 Ver ALLARDT. Theories about social stratification, p. 20-24. Para uma discussão sensível do ideal de igualdade de oportunidades, como compromisso ou equilíbrio entre os aspectos contraditórios dos valores de igualdade e realização, ver MILLNER JR. *The illusion of equality*, p. 11-20.
- 7 PARKIN. *Class inequality and political order*, p. 13.
- 8 Uma dificuldade correlata relaciona-se à conceituação dos mecanismos de alocação de recompensas diferenciais às posições no sistema social. Observar o debate já clássico em torno da teoria da estratificação social de Davis-Moore e a controversa noção de “importância funcional de posições sociais”.
- 9 Esse ponto é enfatizado por WOLPE. Structure de classe et inégalité sociale, p. 184.
- 10 STOLZMAN; GAMBERG, *op. cit.*, p. 109. A noção de estratificação social baseada num modelo de competição de mercado pode ser atribuída ao influente trabalho de Weber e seu conceito de “situação de classe”.
- 11 Ver, por exemplo, STOLZMAN; GAMBERG, *op. cit.*, p. 106.
- 12 Esse ponto é mais desenvolvido por WOLPE, *op. cit.*, p. 194. Para uma interessante discussão acerca dos aspectos relacionais versus aspectos atributivos de classe e status, ver também INGHAM. Social stratification: individual attributes and social relationships, 1970.
- 13 WOLPE, *op. cit.*, p. 186.
- 14 MARX. *Contribuição à crítica da economia política*, p. 213.
- 15 POULANTZAS. *As classes sociais no capitalismo de hoje*, p. 30-31. Poulantzas enfatiza o fato de que a mobilidade social pode perpetuar a estrutura de classes, ao invés de provocar sua dissolução ou desaparecimento.
- 16 Ao problema de como as classes, como conjuntos de posições objetivas, tornam-se classes-em-luta, a teoria marxista oferece duas respostas fundamentais: uma resposta determinista, em que a classe em si emerge espontaneamente das posições objetivas na produção; e uma resposta voluntarista,

em que uma classe é organizada para a luta política, através da intervenção de um agente externo, o partido. A visão de Marx e Engels das primeiras fases da industrialização europeia implicava uma passagem contínua do conflito industrial para o político, uma visão que permaneceu na perspectiva determinista posterior. Em contraste, Lênin viu claramente que as necessidades econômicas do proletariado poderiam se tornar um poderoso instrumento para sua integração na ordem capitalista, e endossou a visão de Kausky da *intelligentzia* burguesa como a única força capaz de injetar consciência socialista, em oposição à espontaneidade proletária, na classe trabalhadora. Num recente e provocador artigo, as teses determinista e voluntarista são rejeitadas, e é apresentada uma posição "determinista", organizacional e política, em que as classes como atores históricos "não são dadas unicamente por qualquer posição objetiva, porque constituem os efeitos de lutas, e essas lutas não são determinadas unicamente pelas relações de produção". Ver PRZEWORSKI. *The process of class formation*, p. 9.

¹⁷ Como Marx o coloca, embora a quantia necessária para a subsistência seja um dado para cada país e período, ela varia ao longo do tempo e espaço, e contém um elemento moral e histórico.

¹⁸ GORZ. Divisão social do trabalho, hierarquia e luta de classe, p. 183.

¹⁹ Este último ponto foi desenvolvido por Rafael Bayce em "Hacia un marco teórico para la interpretación de las relaciones raciales", IUPERJ, 1975.

²⁰ Vale a pena notar que as distinções weberianas entre situações de classe e grupos de *status* como bases *possíveis* e *alternativas* para a emergência da ação comunal ou societária foram, mais tarde, tomadas como prova irrefutável da "multidimensionalidade" do sistema de estratificação e impugnação da concepção "economicista unifatorial" de Marx. Quanto às condições que favorecem a estratificação em classes em detrimento da estratificação de *status*, Weber tem pouco a dizer. Isso é raramente lembrado por aqueles que sancionaram o triunfo do *status*: "Quando as bases da aquisição e distribuição de bens são relativamente estáveis, a estratificação por *status* é favorecida. Qualquer repercussão tecnológica e transformação econômica ameaça a estratificação por *status* e traz a situação de classe a primeiro plano. Épocas e países em que a pura situação de classe é de importância predominante são regularmente os períodos de transformação técnica e econômica." WEBER. *Class, status and party*, p. 22.

²¹ GIDDENS. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*, p. 93. Note-se, entretanto, a afinidade, por um lado, entre "Classe proprietária", *Stand* ou grupos de *status* e as constelações anteriores ao capitalismo moderno e, por outro lado, entre "classes lucrativas" e capitalismo moderno.

²² BOURDIEU. Condição de classe e posição de classes, p. 51-76.

²³ *Ibidem*, p. 63-64.

²⁴ *Ibidem*, p. 65.

²⁵ *Ibidem*, p. 74-75. De acordo com esse autor, a estrutura das relações simbólicas organiza-se por uma lógica que não é redutível à das relações econômicas, muito embora a autonomia das relações simbólicas, já que elas são estabelecidas dentro dos limites de variação dados pelas condições econômicas de existência, seja apenas relativa.

²⁶ Em nome da simplicidade, a distinção entre mobilidade estrutural e de circulação não é considerada.

²⁷ Ver DOBB. The trend of modern economics, p. 38-82, especialmente p. 64.

²⁸ MACPHERSON. *The real world of democracy*, p. 54.

²⁹ *Ibidem*, p. 39, 42.

³⁰ *Ibidem*, p. 43.

³¹ Ver PARKIN, *op. cit.*, p. 58-68. O *habitus* de classe é definido como um conjunto de disposições inconscientes, formado através da interiorização de um sistema objetivamente selecionado de signos, índices e sanções, que não são nada mais que a materialização em objetos, palavras e comportamentos, de um sistema particular de estruturas objetivas. BOURDIEU. O mercado de bens simbólicos, p. 160-161.

³² Ver BOWLES. Understanding unequal economic opportunity, p. 346-356; e Unequal education and the reproduction of the social division of labor, p. 1-30.

³³ Ver BAYCE, *op. cit.*, p. 57-58. Para as sociedades capitalistas adiantadas, autores como Gorz e Marcuse enfatizaram a correspondência do trabalho alienado e da aceitação pragmática da ordem industrial com os confortos privatizados da vida familiar e a afirmação individual através do consumo.

³⁴ PRZEWORSKI, *op. cit.*, p. 6.

³⁵ Os problemas da organização política e alianças da classe trabalhadora, e da emergência de conjunturas revolucionárias, estão além do âmbito deste trabalho. Para uma avaliação inteligente das consequências da inserção de movimentos socialistas e partidos da classe trabalhadora nas instituições eleitorais das democracias liberais, ver PRZEWORSKI, *op. cit.*, p. 18-24.

³⁶ Citado em ADAM. *Modernizing racial domination, the dynamics of South African politics*, p. 19. A visão economicista e marxista articulada da raça foi formulada há três décadas no (de outra forma) notável livro de COX. *Case, class and race*, 1970.

³⁷ A segunda parte deste trabalho trata, com algum detalhe, desses aspectos da história social dos não-brancos no Brasil. Uma avaliação das histórias divergentes de imigrantes e minorias raciais nos Estados Unidos encontra-se em: BLAUNER. *Racial oppression in America*, cap. 2. Para um breve relato do sistema de trabalho dominante no sul dos Estados Unidos, após a emancipação, ver: EDWARDS. The tenant system and some changes since emancipation, p. 20-26.

³⁸ BLAUNER, *op. cit.*, p. 53, 84. Para um tratamento da nacionalidade negra e da idéia de os negros americanos constituírem não tanto uma classe, mas "uma nação dentro da nação", ver: GENOVESE. *In red and black: marxian explorations in Southern and Afro-american history*, cap. 3.

³⁹ PRAGER. White racial privilege and social change, p. 133.

⁴⁰ BERGHE. *Race and racism*, p. 17-18.

⁴¹ Não é surpresa que no Brasil, onde o liberalismo fez uma entrada esquizoide no pensamento e na prática dos grupos dominantes, e onde a "democracia racial" é oficialmente sancionada como a ideologia nacional, a persuasão trabalhe a contento, na medida em que cada um se acomode em seu lugar (por causa da falta de alternativas) ou respeite a regra de mobilidade e competição individual.

⁴² GENOVESE, *op. cit.*, p. 56; e *The world the slaveholders made*, cap. I e III.

⁴³ Isso parece ser o que Blauner tem em mente ao falar acerca do "racismo institucionalizado". De modo semelhante, o "princípio colonial do trabalho" de Blauner pode ser rebatido, dentro deste quadro conceitual, como "divisão racial do trabalho".

⁴⁴ WOLPE. The theory of internal colonialism: the South African case, p. 244-250. Esse ensaio de Wolpe é extremamente importante, por suas ponderadas críticas à teoria corrente do colonialismo interno e por sua tentativa de reformular a teoria colonial, levando em conta as relações entre clivagens raciais e étnicas e as dinâmicas de diferentes modos e relações de produção.

⁴⁵ Para simplificar as coisas, os mecanismos de promoção diferencial do grupo subordinado, originários de fora da arena competitiva como efeito da mobilização política do grupo, não são aqui considerados.

⁴⁶ FRANKLIN; RESNIK. *The political economy of racism*, p. 17-18.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 32.

P A **2** T E

A EVOLUÇÃO DAS DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL